

CONTAS PÚBLICAS

Controle do déficit poderá ser inviabilizado, diz Abreu

por Arnolfo Carvalho
de Brasília

Mesmo com a recomendação da Secretaria de Planejamento (Seplan) para que sejam vetadas as despesas adicionais que o Congresso criou nos orçamentos deste ano, o controle do déficit público por parte do futuro governo poderá ser inviabilizado se for aprovada a versão do Legislativo para o Plano de Custeio e Benefícios da Previdência Social, com a indexação dos pagamentos à variação do salário mínimo.

O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, recomenda que sejam feitas gestões junto ao Congresso para impedir a fixação destas despesas em níveis bastante superiores à previsão de receita da Previdência Social para este ano.

Outra dificuldade que o futuro governo terá para controlar o déficit diz respeito aos estados e municípios, até então submetidos a um rígido controle de endividamento.

No final do ano passado o Senado Federal aprovou uma resolução que retira da Seplan a incumbência de aprovar preliminarmente qualquer operação financeira que possa representar aumento do endividamento dos governos estaduais e prefeituras, transferindo esta tarefa a posteriori ao Banco Central. Com isso, segundo o ministro, corre-se o risco de se aumentar o déficit operacional global do País por conta dos estados e municípios.

SIMULAÇÃO DOS ENCARGOS REAIS DA DÍVIDA MOBILIÁRIA FEDERAL — 1989

IPC de Janeiro/90	Taxa de Juros real	Encargos (A)		Estoque de 31.12.89	Resultado BACEN (B)		Impacto líquido (C) = (A)-(B)	
		NCz\$ mil	% do PIB (a)		NCz\$ mil	% do PIB	NCz\$ mil	% do PIB
50,00%	13,46%	113,570,865	8,51%	1,331,580,182	54,397,587	4,07%	59,173,278	4,44%
51,00%	12,71%	105,470,674	7,90%	1,331,580,182	52,879,449	3,96%	52,591,225	3,94%
55,00%	9,80%	73,069,917	5,47%	1,331,580,182	46,561,344	3,49%	26,508,073	1,98%
57,00%	8,40%	56,869,542	4,26%	1,331,580,182	43,262,565	3,24%	13,606,977	1,02%
60,00%	6,73%	32,568,983	2,44%	1,331,580,182	38,147,928	2,86%	(5,578,945)	-0,42%

O orçamento da seguridade social poderá sofrer um "estouro" da ordem de 12% no trimestre, somente por conta da indexação dos benefícios à variação do salário mínimo e pela antecipação da vigência de benefícios criados pela Constituição, em relação ao escalonamento proposto pelo Executivo. "Se isso entrar em vigor, desestabiliza o orçamento da seguridade social" — prevê Batista de Abreu.

Os outros dois componentes do déficit global — empresas estatais e o próprio governo central — não constituem motivo de preocupação para o ministro do Planejamento. "As estatais investirão pouco."

O orçamento fiscal terá que sofrer vetos presidenciais para não vir a pressionar adicionalmente o déficit de 1990. O ministro recomenda ao presidente o veto de todas as despesas incluídas na chamada "programação especial" feita pelos congressistas com base na expectativa de um aumento da receita acima das previsões do Executivo e que representam projetos estimados em NCz\$ 1,66 bilhão a preços de maio últi-

mo (US\$ 1,38 bilhão pelo câmbio oficial da época).

O ministro sugere também o veto a um conjunto de projetos de empresas de energia elétrica, estimados a preços de maio em NCz\$ 600 milhões (US\$ 500 milhões).

A Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) entrega neste sábado ao Congresso a conclusão do trabalho de compatibilização da versão original da proposta orçamentária de 1990 com as emendas aprovadas em plenário.

A versão definitiva deve ser publicada no Diário Oficial de quarta-feira.

A partir desta semana a SOF poderá decidir-se a concluir a atualização dos cálculos relativos a 1989, para que a Seplan possa fechar as contas do déficit público.

O déficit operacional pode ficar ligeiramente abaixo da previsão anterior de 4,5% do PIB.

Para isso contribuiu não só a contenção de gastos no ano passado como também a própria aceleração dos preços. A inflação mais alta acabou favorecendo o resultado do déficit esperado

para os últimos meses do ano. Como o deflator aprovado pelo FMI no último semestre passou a ser o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) do mês seguinte, a inflação mais alta em janeiro reduziu o impacto real dos encargos da dívida sobre o déficit operacional de dezembro último.

Pela nova metodologia, os encargos reais da dívida pública em 1989 devem ficar em NCz\$ 26,5 bilhões, caso a inflação de janeiro se situe em torno dos 55% que o ministro considera mais prováveis. Nesta hipótese a taxa de juros reais terá ficado em 9,8% — muito diferente dos 34,4% estimados pelo Banco Central, usando o IPC do mesmo mês, como se fazia até poucos meses atrás nas contas do déficit público.

Com a provável inflação de 55% em janeiro, os encargos reais da dívida mobiliária representarão um impacto de 1,98% do PIB sobre as contas do déficit público, segundo cálculos da Seplan. Se a inflação tivesse ficado em 50%, este impacto subiria a 4,4% do PIB, correspondendo a encargos reais de quase NCz\$ 60 bilhões ao longo de 1989.